



# ENCCLA

2021

---

## Ação 11/2021

**Projetos normativos em tramitação no Congresso Nacional relacionados ao aprimoramento da segurança documental e do enfrentamento à fraude documental**

---

## **PROJETOS NORMATIVOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL RELACIONADOS AO APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DOCUMENTAL E DO ENFRENTAMENTO À FRAUDE DOCUMENTAL**

Este relatório apresenta o resultado de levantamentos, em fontes abertas e a partir contribuições de colaboradores, de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, relacionados ao aprimoramento da segurança dos documentos públicos e particulares e do enfrentamento à fraude documental.

Para a realização das pesquisas, a Coordenação da Ação 11/2021 considerou as contribuições trazidas pelas discussões no âmbito das reuniões de trabalho da presente ação, além da colaboração prestada pela Assessoria Legislativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Foram identificadas as seguintes proposições legislativas:

- Projeto de Lei nº 10.605/2018: Altera o art. 304 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar o porte de documento falso.
  - Situação atual: Proposição Aguardando Apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.
  
- Projeto de Lei nº 1.422/2019: Institui o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.
  - Situação atual: Proposição Aprovada na Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada pelo Senado Federal, com emendas, em 28/09/2021. Projeto retorna à Câmara dos Deputados.
  
- Projeto de Lei nº 2.060/2019: Dispõe sobre Criptoativos, que englobam ativos utilizados como meio de pagamento, reserva de valor, utilidade e valor mobiliário, e sobre o aumento de pena para o crime de “pirâmide financeira”, bem como para crimes relacionados ao uso fraudulento de Criptoativos.
  - Situação atual: Proposição Aguardando Apreciação do Plenário.
  
- Projeto de Lei nº 5.501/2020: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Identificação Civil (Sinid) e cria o Documento Único de Identificação (DUI).
  - Situação atual: Proposição Aguardando Apreciação Conclusiva pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania.
  
- Projeto de Lei nº 4.554/2020: Altera o Código Penal, para tornar mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e o Código de Processo Penal, para prever a competência dos crimes cometidos pela internet ou de forma eletrônica pelo lugar de domicílio ou residência da vítima.

- Situação atual: Transformado na Lei Ordinária nº 14.155, de 27 de maio de 2021
- Projeto de Lei nº 4.217/2020: Dispensa a obrigatoriedade do reconhecimento de firma.
  - Situação atual: Proposição Aguardando Apreciação Conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Brasília, dezembro/2021.